

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **CASA DE SANTA RITA**, fundada em 29/07/1948, é uma Associação civil de direito privado de caráter beneficente, social, sem finalidade lucrativa, por prazo indeterminado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. A Associação tem por objeto o atendimento, abrigo e a assistência totalmente gratuita a pessoas idosas, em situação de vulnerabilidade social, abandonadas, com ou sem família, e eventualmente, prestar assistência a famílias carentes e pessoas em situações de extrema pobreza e risco social. É declarada de Utilidade Pública Federal, pelo Decreto de 03/09/1992, utilidade Pública Estadual conforme Lei n.º 596 de 31/12/1949 e utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 119 de 10/10/1979, registrada respectivamente, no CNAS, conforme Decreto n.º 52.506/53, no Conselho Municipal de Assistência Social sob o nº 001/97 em 31/08/1997, e com **CEBAS** conforme **Processo n.º 71000.142820/2014-20** com vencimento para 14/04/2018.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras de 2015, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil, observando a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, Resolução nº 1.418/2012 que aprova a NBC TG 1000 - Pequenas e Médias Empresas, a estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros:

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Do reconhecimento das **Receitas, Custos e Despesas**: É obedecido o regime de competência de exercícios para o reconhecimento das receitas, custos e despesas do período e foram separadas de acordo com sua natureza, assim apresentada na Demonstração de Resultado do Exercício e ainda combinado com seguintes itens:

I. Ativos Circulantes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores mantidos em contas bancárias, representam os depósitos à vista, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. **b) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata:** Representam as aplicações em Fundo de Rendas Fixas, Pós-Fixados e Caderneta de Poupança, estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço; **c) Cheques a Receber:** Representados pelas doações voluntárias efetuadas por ocasião dos eventos e campanhas promovidos pela Entidade; **d) Subvenção Pública a Receber:** Representa o saldo a receber dos Convênios N.ºs 003/2015 e 002/2015, totalizando o valor de R\$ 101.090,80 contabilizado conforme TG07; **e) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor, corresponde aos itens de medicamentos, alimentação, materiais de limpeza e higiene pessoal, e outros materiais de consumo para serem utilizados junto aos idosos atendidos pela Entidade. O custo dos estoque é baseado no princípio de custo médio, e não excedem aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização (ITG 1000); **f) Adiantamentos de Salários:** Representam à antecipação de salários aos funcionários; **g) Adiantamentos a Fornecedores:** Referem-se ao valor da prestação de serviços na elaboração de projetos ampliação de salão; **h) Despesas Antecipadas do ano Seguinte:** Representam a seguros de veículos, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal; **i) Outros Direitos:** Certificado de Título de Capitalização Bradesco no valor de R\$ 50.000,00, com vencimento para o ano seguinte.

II. Ativos Não Circulantes – (Realizável a Longo Prazo)

a) Fundo Assistencial dos Idosos: Valor da aplicação financeira referente ao percentual de 30% do BPC, Pensões e Aposentadorias dos idosos, incapazes em administrar esses valores, que são utilizados somente para uso pessoal e individualmente dos próprios, conforme dispõe art. 35 e §§ da Lei nº 10.741/2003. Esses valores são atualizados mensalmente pelos juros da poupança; **b) Fundo de Aplicação Financeira - Indenização Trabalhista ou Perdas:** Valor da provisão constituída para fazer face as indenizações trabalhistas e outras perdas, atualizado até a data do encerramento do Balanço;

III. Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado: O Imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição ou construção, exceto para os bens móveis usados que foram recebidos em doação, registrados com valor inferior ao de mercado. O grupo de bens imóveis está acrescido da reavaliação patrimonial, efetuada anterior à nova Lei nº 11.638/2007, e lançada em contrapartida de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, cujos valores do Ativo imobilizado, mantêm-se dentro de razoável padrão de mercado, ajustado como dispõe a NBC TG 27 e ITG 1000, seção 17, conforme posição a seguir:

IMOBILIZADO – Bens	Taxa Deprec.	2015	2014
Terreno	0,00%	240.000,00	240.000,00
Edificações	4,00%	462.617,96	454.432,56
Maquinas, Equipamentos e Móveis e Utensílios	10,00%	180.780,41	141.341,63
Veículos Utilitários	20,00%	88.961,14	88.961,14
Móveis e Utensílios – Pró-Vida		37.265,91	0,00
Soma do Imobilizado		1.009.625,42	924.735,33
(-) Depreciações Acumuladas		363.413,37	332.572,68
Total do Imobilizado		646.212,05	592.162,65

IV. Passivos Circulantes

a) As obrigações decorrentes de: **a) Fornecedores:** corresponde a aquisição de materiais para consumo; **b) Financiamentos/Empréstimos:** apresenta os cheques já emitidos ainda não compensado; **c) Obrigações Trabalhistas e Sociais:** Contempla a folha de pagamento e encargos sociais de dezembro findo; **d) Tributárias e Outras Obrigações a Pagar:** Abriga Pis a recolher, e, outras obrigações compreende Serviços de Terceiros de PJ e PF como Honorários contábeis e cuidadores de idosos; **e) Verbas e Subvenções a Realizar:** Representam as parcelas a receber do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiúna, dos convênios N.ºs 003/2015 e 002/2015, no valor total de R\$ 101.090,80; **f) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do encerramento do balanço, no importe total de R\$ 43.038,52 00 em 2015 e o valor de R\$ 34.075,31 em 2014;

V. Passivo Não Circulante

a) Fundo Assistencial dos Idosos: Representa o saldo dos créditos do percentual de 30% do BPC, das pensões e aposentadorias dos idosos, incapazes em administrar esses valores, que são utilizados somente para uso pessoal deles, conforme dispõe art. 35 e §§ da Lei nº 10.741/2003. Esses valores são atualizados mensalmente pelos juros da poupança;

VI. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O Patrimônio Líquido: É apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social acrescido ou reduzido pelos superávits ou déficits dos exercícios; **b) Reserva de Reavaliação:** No exercício de 1997 a Entidade procedeu à reavaliação espontânea dos imóveis (terreno

e edificações) com base em laudo técnico. O resultado dessa reavaliação, foram ajustados, correspondendo a um acréscimo ao Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido de R\$ 466.058,00. A realização da reserva vem sendo efetuada na proporção da depreciação dos ativos que deram origem a reavaliação, representando uma realização de R\$ 8.732,04 em 2015 e R\$ 8.732,04 em 2014, apresentando o saldo em 2015 de R\$ 301.109,42 e em 2014 de R\$ 309.841,46; **c) Ajuste de Superávit ou Déficit:** Esta conta recebeu os ajustes dos seguintes valores: em 2015 o valor de R\$ 8.732,04 e em 2014 o valor de R\$ 17.623,85 referente à realização da Reserva de Reavaliação com depreciações e ajuste da Provisão dos encargos sociais do 13º salário; **d) Superávit do Exercício:** O superávit do exercício é destinado a manutenção das atividades sociais em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes. A incorporação do superávit, bem como eventuais ajustes de exercícios anteriores, na conta Patrimônio Social, é efetuada após ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária dos associados, dentro das regras legais e de acordo com a ITG 2002;

VII – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

a) As receitas obtidas foram utilizadas totalmente em Gratuidades, para custeios com assistência social, aplicadas no **Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, aos idosos residentes na Instituição, e aos idosos não residente e, eventualmente, as famílias em situação de vulnerabilidade social, com exceção das receitas dos convênios com a SEDS, do Governo Estadual-SP, e as doações da Provida e outras de Particulares, que é com restrições, sendo sua aplicação especificamente para a aquisição de bens do imobilizado. **b)** O superávit no valor de **R\$ 220.523,54**, obtido no exercício social findo, foi graças as ações promovidas pela Entidade, a colaboração de diversas empresas e pessoas da sociedade, na realização de vários eventos, campanha de novos sócios, e com a cooperação do grupo de voluntários que intensificaram a Campanha da Nota Fiscal Paulista;

VIII - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método indireto em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A qual gerou saldo de variação das disponibilidades negativa de R\$ 36.1232,44, e a posição no final do exercício de 2015 o valor de R\$ 206.208,47, e em 2014 no valor de R\$ 242.330,91.

IX - RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

a) A Entidade recebeu doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas sem restrições, que foram aplicadas em Assistência Social, totalmente em gratuidades, e as com restrições aplicadas no Ativo Imobilizado. Essas doações estão previstas no artigo 14, de seu Estatuto Social e contabilizadas conforme segue:

Doações Recebida para aplicação no Custeios em Gratuidades sem Restrições	2015	2014
Pessoas Físicas	234.955,70	239.940,01
Pessoas Jurídicas	125.776,78	114.733,67
Trabalho Voluntario	11.666,82	14.225,13
Campanha da Nota Fiscal Paulista	205.048,82	224.594,81
Contribuição dos Idosos – Lei nº 10.741/2003	276.116,32	264.926,90
Eventos (almoços, jantares e bazar beneficente)	108.554,99	77.245,41
soma	962.119,43	935.665,93
Doações Recebida em Bens Patrimoniais com Restrições		
Receita de Doações de Bens Patrimoniais pela Pró Vida	71.834,58	0,00
Receita de Doações de Bens Patrimoniais	2.230,00	3.860,00
soma	74.064,58	3.860,00

Obs.) Não há qualquer tipo de cobrança dos idosos, pelos serviços prestados, exceto contribuição prevista no art. 35 da Lei nº 10.741/2003.

X – AS RECEITAS COM SUBVENÇÕES E CONVENIOS GOVERNAMENTAIS

a) A Entidade recebeu repasses dos órgãos públicos, Municipal, Federal e Estadual, através dos Convênios firmados e Lei Municipal nº 1.945/2014, com Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna, através do Fundo Municipal de Assistência Social, contabilizado de acordo com as normas da Resolução CFC nº 1.305/10 que aprovou NBC TG 07, conforme segue:

b) Receita de Subvenção Municipal Sem Restrições para aplicação em Custeio:

Receita com Subvenção utilizada no custeio em gratuidades	2015	2014
Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna - de 2015 Convenio nº 001/2015 e 2014 Lei Municipal nº 1.945/2014	90.000,00	90.000,00

c) Receitas de Convênios Municipal sem Restrições para Aplicação em Custeio::

Receita com Convênios Sem Restrições utilizada no custeio em gratuidades	2015	2014
Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna (Convenio nº 02/2014 (Rede Suas-MAPS) - Lei nº 1.945/2014-Saldo 2014	27.200,00	13.600,00
Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna (Convenio nº 002/2015 (Rede Suas-MAPS)	6.800,00	0,00
Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna-SEDS-Estadual) (Convenio nº 001/2014 – Lei Municipal nº 1.945/2014	0,00	50.318,10
Soma dos convênios para custeio	34.000,00	63.918,10

d) Receitas de Convênios com Restrições para aquisição de Imobilizado:

utilizada em aquisição de imobilizado para uso em gratuidades	2015	2014
Secretária da Promoção e Desenvolvimento Social -SEDS – Proc. nº 1.941/2014	0,00	50.000,00
Receita Financeira Aplicação do convênio – Proc. 1.941/ 2014	0,00	116,81
Soma dos convênios com restrições	0,00	50.116,81

Totais das Receitas da Subvenção e Convênios sem e com restrições recebidas	124.000,00	204.034,91
--	-------------------	-------------------

e) Receitas de Aplicações Financeiras para aplicação em Gratuidade:

Receitas Financeiras	2015	2014
Receita de Aplicações Financeiras	129.470,01	91.027,29

Totais das Receitas recebidas	1.289.654,02	1.234.588,13
--------------------------------------	---------------------	---------------------

XI – APLICAÇÃO EM CUSTEIOS DA SUBVENÇÃO E DOS CONVENIOS RECEBIDOS:

a) Aplicação da Subvenção Municipal de 2015 pelo Convênio nº 001/2015 e 2014 pela Lei nº 1.945/2014, em custeio com gratuidade:

Descrição dos Custeios na Manutenção dos Idosos Aplicadas em Gratuidades	2015	2014
Finalidades das Despesas:		
Materiais de Consumo		
01-Consumo de Água - SABESP	4.116,79	1.335,28
02-Consumo de Energia – CPFL	1.503,21	3.093,06
03-Consumo de Gás - GLP	380,00	1.148,73
04-Conta de Telefone/Telefonia – Vivo	0,00	422,93
Materiais de Uso Pessoal dos Idosos		
05-Produtos de Higiene Pessoal (Fraldas)	3.000,00	0,00
Recursos Humanos e Encargos Sociais		
06-Salários, Férias e 13º Salário	61.023,89	70.456,85
07-Encargos Sociais (INSS e FGTS)	17.878,79	13.543,15
Serviços de Terceiros: PF		
08-Profissionais Autônomos	2.097,32	0,00
Total da Aplicação da Subvenção e Convênio	90.000,00	90.000,00

b) Aplicação do Convênio nº 002/2014, (Lei nº 1.945/2014), parcial em 2014 e complementada em 2015, em custeio com gratuidade,

Descrição dos Custeios na Manutenção dos Idosos Aplicadas em Gratuidades	2015	2014
Finalidades das Despesas:		
Materiais de Consumo		
01-Consumo de Água - SABESP	1.547,60	1.444,56
02-Consumo de Energia – CPFL	1.580,43	1.130,44
03-Consumo de Gás - GLP	296,97	0,00
04-Consumo de Medicamentos	1.157,36	1.482,64
Materiais de Uso Pessoal dos Idosos		
05-Produtos de Higiene Pessoal (Fraldas)	0,00	1.044,00
Recursos Humanos e Encargos Sociais		
06-Salários, Férias e 13º Salário	15.928,71	6.205,34
07-Encargos Sociais (INSS e FGTS)	6.688,93	2.293,02
Total da Aplicação da Convênio	27.200,00	13.600,00

c) Aplicação do Convênio nº 002/2015, em custeio com gratuidade:

Descrição dos Custeios na Manutenção dos Idosos Aplicadas em Gratuidades	2015	2014
Finalidades das Despesas:		
Recursos Humanos e Encargos Sociais		
01-Salários, Férias e 13º Salário	6.800,00	0,00
Total da Aplicação do Convênio	6.800,00	0,00

d) Aplicação do Convênio nº 001/2014, (Lei nº 1.945/2014), em custeio com gratuidade:

Descrição dos Custeios na Manutenção dos Idosos Aplicadas em Gratuidades	2015	2014
Finalidades das Despesas:		

Materiais de Consumo		
01-Consumo de Água - SABESP	0,00	4.791,29
02-Consumo de Energia – CPFL	0,00	930,61
03-Consumo de Gás - GLP	0,00	595,66
04-Consumo de Medicamentos		
Recursos Humanos e Encargos Sociais		
06-Salários, Férias e 13º Salário	0,00	41.407,16
07-Encargos Sociais (INSS e FGTS)	0,00	2.593,38
Total da Aplicação do Convênio	0,00	50.318,10

e) Aplicação do Convênio n. - Processo nº 1.941/2014 com Restrições para aquisição de Bens Imobilizado:

Aplicação em aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	2015	2014
01-01 Veículo marca Volkswagen, tipo sedan, OK, ano 2014/2015	0,00	32.659,81
02-48 camas de madeiras maciça de 0,95 x 2,00 ml	0,00	21.000,00
soma da aplicação	0,00	53.659,81
03-Parcela paga c/ recursos próprios	0,00	-3.543,00
Total da Aplicação da Verba	0,00	50.116,81

Totais das Aplicações em Custeios da Subvenção e Convênios recebidos	124.000,00	204.034,91
---	-------------------	-------------------

XII – CUSTEIO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS COM GRATUIDADES

a) As receitas descritas nos quadros acima, foram aplicadas no custeio da atividade social totalmente em gratuidade:

CUSTEIO DA ATIVIDADE ASSISTENCIAL EM GRATUIDADE	2015	2014
Gêneros Alimentícios	69.135,49	65.803,06
Medicamentos	64.455,77	63.865,73
Exames Laboratoriais	3.172,80	4.608,45
Materiais de Uso Pessoal	43.720,32	36.390,99
Materiais de Limpeza e Higiene	18.862,02	12.670,10
Energia, Água e Gás GLP	46.566,35	38.451,72
Outros custos e despesas Materiais expedientes	41.335,50	35.488,59
Transferência de custo p/ Eventuais	-3.164,60	-4.174,87
SOMA	284.083,65	253.103,77
Recursos Humanos		
Salários, 13º Salário, Férias e Encargos	709.962,81	642.634,20
Serviços de Terceiros Autônomos	32.547,55	29.570,44
Mão de obra Voluntária	11.666,82	14.225,13
Serviços de Terceiros – PJ – Digitação e Aluguel de Software	45.835,35	0,00
(-) Imunidade e Isenção de Contribuição Social	-134.319,81	-117.438,68
SOMA	665.692,72	568.991,09
Outros Insumos, tributos e Resultado Financeiro	61.044,54	43.792,77
Recuperação de Despesas	-18.473,27	-13.298,92
SOMA	992.347,64	852.588,71
CUSTEIO DA ATIVIDADE ASSISTENCIAL – EVENTUAIS		
Gêneros Alimentícios, refeições e outros	29.174,07	28.654,63
Totais dos custeios	1.021.521,71	881.243,34

XIII – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas, adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguro contra acidente dos veículos, em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

a) Quadro 01 – Cobertura dos Veículos:

Cobertura de Seguros dos Veículos	Modalidade	Valor Contábil	Valor Segurado
01-Veículo Volkswagen Kombi/2013	Colisão,Incêndio, roubo e furto	39.483,03	Tabela Fipe-100%
02-Veículo Volkswagen Gol 1.0 City-Flex/2014	idem	32.659,81	idem

b) Quadro 02 - Cobertura contra Terceiros

Danos Morais	Danos Materiais	Danos Corporais	Acidente Passageiro (morte)	Acidente Passageiro
50.000,00	150.000,00	200.000,00	15.000,00	15.000,00
30.000,00	150.000,00	200.000,00	15.000,00	15.000,00

c) Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do bem novo, conforme o caso.

XIV - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

XV – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 ao 61 do Código Civil.

XVI – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

XVII – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão),

XVIII – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é isenta à incidência da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97, Lei Nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/2014.

XIX – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei Nº 9.532/97 e artigo 1º. da Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014 e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

XX – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Casa de Santa Rita é uma Entidade Beneficente de Assistência Social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária, obedece as normas determinada pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014;

XXI - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme Processo n.º 71000.142820/2014-20, com vencimento para 14/04/2018, no qual usufrui da Isenção Tributária. Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014, a entidade beneficente certificada, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Em atendimento ao Artigo 46, do Decreto nº 8.242/2014, e aos Artigos 22 e 23 da Lei 8.212/1991, as contribuições a cargo da empresa provenientes das contribuições previdenciárias, das Receitas e do Superávit, destinadas à Seguridade Social, são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções das contribuições sociais, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2015 e 2014, conforme segue:

a) Demonstrativo das Isenções de Contribuições Sociais Usufruídas:

Descrição	2015	2014
1-INSS s/ Folha de Pagamento	96.190,44	83.962,90
2-S.A.T.	4.809,55	4.198,13
3-Terceiros	27.895,23	24.349,24
4-INSS s/ Folha de Autônomos	5.424,59	4.928,41
5-Soma das Isenções Usufruídas	134.319,81	117.438,68
6-Cofins	34.805,52	34.303,34
7-C.S.L.L	19.847,12	28.468,27
8-Totais da Isenções usufruída em Gratuidades	188.972,45	180.210,29

XXII - UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL TOTALMENTE EM GRATUIDADE

A totalidade dos recursos foram aplicados em gratuidades, atendendo o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III, §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em Lei, ao Art. 46 do Decreto nº. 8.242/2014, Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013. **Nossa oferta é 100% da capacidade voltada para atendimento em gratuidades.**

XXIII - DESCRIÇÕES DOS PROJETOS ASSISTENCIAIS - PROJETO DE ATENDIMENTO INTEGRAL E INSTITUCIONAL AO IDOSO - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**Objetivos Gerais:**

Público Alvo: Atendimento a idosos com idade a partir de 60 anos, de ambos os sexos, e de diferentes graus de dependência, onde é verificada a inexistência do grupo familiar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família. Visando o atendimento às necessidades básicas e reconstrução de vínculos familiares, comunitários e social, conforme Relatório Circunstanciado das Atividades.

Da Receita: Não há qualquer tipo de cobranças dos idosos pelos serviços prestados, exceto contribuição prevista no art. 35 da Lei nº 10.741.

XXIV – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

XXV – TIPIFICAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS, CUSTOS ENVOLVIDOS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07 tipificou suas atividades executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) em situação de vulnerabilidade de risco social e pessoal de assistência social conforme quadro:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Capacidade Atendimento	Custos Envolvidos	Recursos Humanos
32102 32106 / 32110 32130 32131	Custeios/Assist.social Custeios -Pessoal Outros Custeios Serv.Terc.Autonomos/ Voluntários	Idosos	50	992.347,64	31

DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM ASSISTENCIAIS

Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Capacidade Atendimento	Custos Envolvidos	Recursos Humanos
32140	Gastos c/Idosos-Famílias Carentes	Idosos/Famílias/ Pessoas Carentes da Zona Rural	2.850	29.174,07	03

XXVI – ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO

A Entidade em atendimento a Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/2013, Decreto nº 8.242/2014 e Resolução do CNAS No. 16/10 para realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos para cumprimento de seus objetos sociais:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (realizado)	Valor Contábil (à receber)
31101	Contribuições de Associados	117.368,02	0,00
31102/31103/31116	Convênios e Subvenções	124.000,00	101.090,80
31108	Doações Espontâneas + (N.F.Paulista)	448.413,28	0,00
31109	Receitas c/ Eventos	108.554,99	0,00
3110	Receitas de Trabalho Voluntário	11.666,82	0,00
31120	Receitas Financeiras	129.470,01	0,00
31115	Doações de Bens Patrimoniais	74.064,58	0,00

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (realizado)	Valor Contábil (à receber)
31106	Contribuições de Participação dos Idosos art. 30 - § 2º da Lei nº 10.741/2003	276.116,32	0,00

Total das Receitas		1.289.654,02	101.090,80
---------------------------	--	---------------------	-------------------

XXVII – RESULTADO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS (INDICADORES)

A Entidade em atendimento a Lei Nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/2013, Decreto No. 8.242/2014, Decreto No. 6.308/07 e Resolução

CNAS nº 16/10 na realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstramos no quadro abaixo os dados qualitativos e quantitativos de cada ação social:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Código Contábil	Rubrica Contábil	Dados Qualitativos	Numero de Atendimentos	Nº Pessoas Atendidas diariamente
32102 32106 32130 32110 32131 33103 33104 33105 33106	Custeio c/Assist. Social Custeio -Pessoal Outros Custeios Serv.Terc. Autônomos e Voluntários	- promovido o fortalecimento dos vínculos efetivos e comunitários; - ampliado os conhecimentos dos profissionais da saúde no atendimento social; - mudança de comportamento com a permanência na casa, e não retorno a rua; - alimentação balanceada com maior atenção da nutricionista,	5 Refeições Diária Além da Assistência para higiene pessoal e cuidados a saúde	45

BENEFICIOS ASSISTENCIAIS EVENTUAIS.

Código Contábil	Rubrica Contábil	Dados Qualitativos	Numero de Atendimentos	Numero de Pessoas Atendidas
32140	Custeios Famílias/Pessoas Carentes	-Distribuição Eventuais de Alimentos - Refeições Servidas, - Pernoite e banhos	4.698	391

Ibiúna, 31 de dezembro de 2015.

Luciano Bento Rolim de Freitas
Presidente

Wagner T. Rodrigues
Vice Presidente

Edinéia Keller de Souza
TC CRC nº 1SP196676/O-8

Pedro A. Leme Filho
Diretor Financeiro

Nobuki Takano
Diretor Financeiro

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Entidade Assistencial: **CASA DE SANTA RITA**, CNPJ nº 49.315.666/0001-28, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em consonância com o relatório e Parecer do Contador Agenor Pereira de Camargo, CRC-1SP118800/O-0, tendo verificado a Prestação de Contas abrangendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considera que as peças examinadas traduzem de modo adequado a situação patrimonial e financeira da Entidade, e recomenda sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Ibiúna, 12 de março de 2016.

Amarildo Albertin

Jair Antonio de Oliveira

Marcelo Louzada de Magalhães

Wilson Rodrigues da Silva

Atair Albertin

Lazaro Darcy Godinho

